



PROFLETRAS: UMA EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO E PESQUISA

PROFLETRAS: AN EXPERIENCE OF INTEGRATION BETWEEN TEACHING AND RESEARCH

Derli Machado de Oliveira¹

Resumo: Neste artigo, apresenta-se um relato de experiência de ensino e pesquisa no contexto da disciplina “Gramática, variação e ensino”, ministrada pelo autor, no Mestrado Profissionalizante em Letras (Profletras), da Universidade Federal de Sergipe, campus Itabaiana. Esse trabalho teve como objetivo analisar, a partir da proposta de Marcos Bagno (2009), ocorrência de alguns fenômenos gramaticais do português brasileiro em uso, com foco no fenômeno sintático estratégias de relativização, quando pronomes relativos são empregados com verbos que regem preposição. O corpus é constituído de textos produzidos por alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas de diferentes cidades da Bahia e de Sergipe, onde os discentes da pós-graduação exercem a docência. O resultado aponta que o uso das relativas copiadoras e cortadoras, que não é descrito nas gramáticas tradicionais mais conservadoras, aparece com bastante frequência nos textos analisados.

Palavras-chave: Ensino, Pesquisa, Profletras, Estratégias de relativização.

Abstract: In this article, we present an account of teaching and research experience in the context of the discipline "Grammar, variation and teaching", taught by the author, in the Professional Master 's Degree in Letters (Profletras), Federal University of Sergipe, Itabaiana campus. This work had as objective to analyze, from the proposal of Marcos Bagno (2009), occurrence of some grammatical phenomena of Brazilian Portuguese in use, focusing on the syntactic relativization strategies, when relative pronouns are used with verbs that govern preposition. The corpus consists of texts produced by elementary school students from public schools in different cities of Bahia and Sergipe, where postgraduate students are teaching. The result indicates that the use of the relative copiers and cutters, which is not described in the more conservative traditional grammars, appears quite frequently in the texts analyzed.

Keywords: Teaching, Research, Profletras, Relativization strategies.

1 Professor Adjunto de Língua Portuguesa e Linguística da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Letras Profissional – PROFLETRAS – Unidade de Itabaiana- UFS. Doutor em Estudos da Linguagem, UFRN (2013). derli_machado@hotmail.com

Introdução

Nas últimas décadas, muito se tem discutido acerca do ensino de gramática, principalmente na Sociolinguística. De um lado, há os que consideram a língua como sistema homogêneo e por isso defendem o ensino de gramática baseado nas regras da gramática normativa (ILARI, 1992). Desse modo, a escola é a instituição unificadora responsável por ensinar somente a variedade padrão.

De outro lado, há os que concebem a língua como um fenômeno social variável e heterogêneo, que está situado em contextos de uso concretos (MARCUSCHI, 2003). Com base nessa concepção, preconizam que as variações linguísticas influenciadas por fatores diatópicos, geográficos, diastráticos e sociais, não só devem ser respeitadas como também devem ser ensinadas na escola. Entendem, portanto, que é de suma importância o ensino de gramática a partir da norma-padrão, todavia argumentam que esta não pode ser a única via de estudo, nem pode ser trabalhada de forma isolada e descontextualizada com as variações presentes na língua, nem pode servir de forma de disseminação de preconceito linguístico.

Entre os pesquisadores com esta visão estão Marcuschi (2003), Marcos Bagno (2007, 2009), Faraco (2008), Neves (2008), entre outros.

O Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras), cujo objetivo principal é a formação de professores do ensino fundamental no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional, compactua dessa visão de ensino. Na apresentação do programa feita no site da CAPES, é possível constatar essa orientação:

[...] o Profletras busca formar professores de língua portuguesa voltados para a inovação na sala de aula, ao mesmo tempo que, de forma crítica e responsável, possam refletir acerca de questões relevantes sobre diferentes usos da linguagem presentes contemporaneamente na sociedade. (BRASIL, 2015)

Visando atender esses objetivos, procurou-se dar à disciplina *Gramática, variação e ensino*, uma das disciplinas obrigatórias do programa, ministrada pelo autor, um caráter prático, tendo como foco o problema relacionado ao ensino de língua portuguesa, observando as variações no uso da linguagem. Nesse sentido, propôs-se ao grupo de participantes do Mestrado Profissionalizante em Letras (Profletras), da Universidade

Federal de Sergipe, Campus Itabaiana (SE), composto por 15 alunos, a realização de uma pesquisa com o objetivo de analisar textos escritos por alunos do ensino fundamental, a fim de investigar a ocorrência de alguns fenômenos gramaticais do português brasileiro em uso, com foco nos fenômenos sintáticos em variação, ou seja, a forma menos padrão. São eles: estratégias de relativização, estratégias de pronominalização do objeto direto de 3ª pessoa, pronomes sujeito-objeto, pseudopassiva sintética, regências dos verbos *ir* e *chegar* com sentido diretivo.

A metodologia da pesquisa está entre os tópicos estudados na disciplina e segue o modelo proposto por Bagno (2009), adaptado conforme a necessidade. Buscou-se, primeiramente, realizar um estudo contrapondo a visão da gramática tradicional (BECHARA, 2009; CUNHA e CINTRA, 2008; LIMA, 2010) e não tradicional (PERINI, 2010; BAGNO, 2011) a respeito dos fenômenos de variação linguística elencados acima.

Em seguida, os discentes da pós-graduação, divididos em quatro grupos, realizaram a coleta de 40 textos do tipo narrativo e dissertativo produzidos por alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas de diferentes cidades da Bahia e de Sergipe, onde eles exercem a docência. Logo após, fez-se a análise de cada caso encontrado, tendo como parâmetro a pesquisa de Bagno (2009).

Neste artigo apresenta-se a investigação do fenômeno sintático estratégias de relativização, que consiste no uso de pronomes relativos quando empregados com verbos que regem preposição.

Este artigo subdivide-se em quatro seções além da introdução. Na primeira seção, apresentam-se reflexões concernentes ao ensino de gramática a partir dos PCN (1998) e de autores como Faraco (2008), Neves (2008) e Bagno (2007, 2009) que compartilham da visão Sociolinguística do ensino da língua. A seguir, na segunda seção, apresentam-se os objetivos do mestrado profissional em letras (Profletras), e as diretrizes da disciplina *Gramática, Variação e Ensino*. Na terceira seção, busca-se compreender o fenômeno da relativização percorrendo parâmetros para a constituição de novas práticas pedagógicas na formação inicial do professor de língua. Na quarta e última seção, finaliza-se o artigo com breves considerações.

A linguagem em uso: o ensino de gramática a partir da Sociolinguística

A Sociolinguística Variacionista, que surgiu nos Estados Unidos na década de 1960 e teve como figura chave o pesquisador Labov (2008), tem-se revelado como um dos campos mais promissores para a solução de problemas relacionados ao ensino de língua. Partindo da premissa de que a linguagem constitui uma atividade essencialmente social, e, portanto, condicionada e modelada pela realidade social, essa vertente da linguística prioriza o estudo da língua em uso numa determinada comunidade, correlacionando aspectos linguísticos e sociais, isto é, atentando para fatores internos e externos à língua que influenciam na forma de cada um dos falantes se expressarem.

Para a Sociolinguística, a variação linguística constitui um fenômeno universal e ocorre em todos os níveis da língua: variação fonético-fonológica, morfológica, sintática, semântica e variação lexical. Fatores externos, como a origem geográfica, o status socioeconômico, o grau de escolaridade, a idade, o sexo dos falantes e o contexto da comunicação também influenciam nas mudanças.

A Sociolinguística muito tem contribuído com as discussões acerca do ensino de gramática nas escolas, defendendo a tese de que a norma-padrão não pode ser trabalhada de forma isolada e descontextualizada com as variações presentes na língua. Entre os pesquisadores com esta visão estão Marcos Bagno (2007, 2009, 2011), Faraco (2008), Neves (2008), entre outros, que defendem um ensino crítico da norma padrão.

Faraco (2008) posiciona-se de maneira bem clara no que concerne a essa questão, ao tratar do enfrentamento da crise do ensino de língua portuguesa:

Nos últimos 50 anos e em especial a partir da década de 1980, professores de português e pesquisadores da língua têm feito a crítica do ensino tradicional de português [...]. Houve e continua havendo esforços para construir alternativas a esse ensino. Não obstante, o quadro pedagógico ter mudado pouco. Talvez porque ainda não tenhamos conseguido fazer e disseminar, com todas as letras, a crítica radical ao normatismo e à gramatiquice. E essa não é uma tarefa fácil, porque o normatismo e a gramatiquice não são apenas concepções e atitudes ligadas à língua e seu ensino. Pelo seu caráter conservador, impositivo e

excludente, o normatismo e a gramatiquice são parte intrínseca de todo um conjunto de conceitos, atitudes e valores fundamentalmente autoritários, muito adequados ao funcionamento de uma sociedade profundamente marcada pela divisão social (FARACO 2008, p.157, 158).

Outro pesquisador que defende um ensino crítico da norma-padrão é Bagno (2009).

O ensino dessas formas padronizadas conservadoras *não pode vir acompanhado da atitude tradicional da escola de negar todo e qualquer valor às regras não-padrão*, de despejar uma enorme carga de preconceito contra as opções sintáticas mais antigas ou mais inovadoras da língua, acusando elas de serem ‘feias’, ‘erradas’, ‘estropiadas’ etc. Vamos *acrescentar, aumentar* a bagagem linguística de nossos alunos, e não suprimir o que eles já sabem, as regras gramaticais, as regras gramaticais que já dominam e que respondem às suas necessidades de comunicação, expressão e interação. Vamos respeitar os direitos linguísticos deles, vamos preservar sua auto-estima linguística (e a nossa também). Acredito que é nosso dever – e está em nosso poder – fazer um ensino *crítico* da norma-padrão, uma apresentação do caráter muitas vezes *repressor, antiquado e ideológico* desse conjunto de regras cristalizadas (BAGNO, 2009, p. 158, grifos do autor).

Ainda em relação ao ensino da norma padrão, Faraco (2008, p.22) advoga que

A crítica à gramatiquice e ao normativismo não significa, como pensam alguns desavisados, o abandono da reflexão gramatical e do ensino da norma culta, comum, *standart*. Refletir sobre a estrutura da língua e sobre seu funcionamento social é atividade auxiliar indispensável para o domínio fluente da fala e da escrita. E conhecer a norma culta, comum, *standart* é parte integrante do amadurecimento das nossas competências linguístico-culturais. O lema aqui deve ser: reflexão gramatical sem gramatiquice e estudo da norma padrão sem normativismo.

Sobre as atividades de ensino do português, Faraco (2008) propõe uma ação reflexiva sobre a própria língua, objetivando a

integração das atividades verbais e o pensar sobre elas. Esse, pensar, segundo o autor,

[...] visa a compreensão do funcionamento interno da língua e deve caminhar de uma percepção intuitiva dos fatos a uma progressiva sistematização, acompanhada da introdução do vocabulário gramatical básico (aquele que é indispensável, por exemplo, para entender as informações contidas nos dicionários). No fundo, trata-se de desenvolver uma atitude científica de observar e descrever a organização estrutural da língua, com destaque para a imensa variedade de formas expressivas alternativas à disposição do falante (FARACO, 2008, p. 160).

Marcos Bagno (2007, p.36, grifos do autor) apresenta a concepção de língua que deve nortear a política de ensino de língua portuguesa:

Ao contrário da norma-padrão, que é tradicionalmente concebida como um produto homogêneo, como um jogo de armar em que todas as peças se encaixam perfeitamente uma às outras, sem faltar nenhuma, a língua na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está em desconstrução e reconstrução. Ao contrário de um produto pronto e acabado, de um monumento histórico feito de pedra e cimento, a língua é um processo, um fazer-se permanecer e nunca concluído. A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita.

Corroborando a assertiva do autor, têm-se as preconizações da pesquisadora Neves (2008, p. 128),

[...] ensinar eficientemente a língua – e, portanto, a gramática – é, acima de tudo, propiciar e conduzir a reflexão sobre o funcionamento da linguagem, e de uma maneira, afinal, óbvia: indo pelo uso linguístico, para chegar aos resultados de sentido. Afinal, as pessoas falam – exercem a faculdade da linguagem, usam a língua – para produzir sentidos, e, desse modo, estudar gramática é, exatamente, por sob exame o exercício da linguagem, o uso da língua, afinal, da fala.

A crença de que existem na linguagem formas consideradas certas e/ou de prestígio e formas erradas e/ou desprestigiadas, preconizada pela gramática tradicional, tem como consequência o preconceito linguístico, “[...] que estigmatiza direta ou indiretamente as pessoas que não dominam formas linguísticas consideradas certas por uma dada comunidade” (SCHERRE, 2008, p. 15,16).

No caso específico da comunidade brasileira, a língua padrão esta intrinsecamente ligada à classe social economicamente dominante. Diante disto, as variedades não-padrão utilizadas pela classe social menos favorecida economicamente são altamente estigmatizadas. Toda produção linguística contrária à crença da *língua certa* é desprestigiada. Bagno (2007, p.35) se posiciona assim com relação ao preconceito linguístico:

As pessoas que vivem em sociedades com longa **tradição escrita**, com uma **história literária** de muitos séculos e um sistema educacional organizado se acostumaram a ter uma ideia de *língua* muito influenciada por todas essas instituições. Para elas, só merece o nome de *língua* uma conjunto muito particular de pronúncias, de palavras e de regras gramaticais que foram cuidadosamente selecionadas para compor o que vamos chamar nesse livro aqui de *norma-padrão*, isto é, o modelo da língua ‘certa’ de ‘bem falar’ que, nessas sociedades, constitui uma espécie de *tesouro nacional*, de *patrimônio cultural* que, assim como as florestas, os rios, a flora, a fauna e os monumentos arquitetônicos, precisariam ser preservados da ruína e da extinção [...].

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa preconizam que:

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação

às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido (BRASIL, 1998, p. 26).

Dessa forma, para o ensino de língua portuguesa, segundo os PCN, deve-se considerar a importância do trabalho com a variação linguística.

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográficas e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum considerar as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e, também, para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma forma “certa” de falar _ a que se parece com a escrita _ e o de que a escrita é o espelho da fala _ e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (BRASIL, 1998, p.26).

É necessário, portanto, que o ensino da gramática na escola garanta não só o acesso do aluno à norma padrão, mas também leve em conta a variedade do repertório cultural do educando.

O Mestrado Profissional em Letras e a disciplina Gramática, Variação e Ensino

O Profletras é um programa de mestrado profissional em Letras em rede, financiado pela CAPES, constituído atualmente por 49 unidades acadêmicas em instituições associadas, cuja coordenação está a cargo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O

Programa tem como objetivo principal a formação de professores do ensino fundamental no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional, aproximando o universo acadêmico à prática educacional da escola pública.

Para ingressar no programa é necessário: a) Ser graduado em Letras/Português; b) Ser professor de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental (1º ao 9º anos) em escola da rede pública, regularmente admitido e pertencente ao quadro permanente de servidores; e c) Estar ministrando aula de Língua Portuguesa em qualquer ano do Ensino Fundamental (1º ao 9º anos).

Entre os objetivos² da capacitação dos docentes através do Profletras, destacam-se: a) o aumento da qualidade do ensino dos alunos do nível fundamental, com vistas a efetivar a desejada curva ascendente quanto à proficiência desses alunos no que se refere às habilidades de leitura e de escrita; b) o declínio das atuais taxas de evasão dos alunos durante o ensino fundamental; c) o multiletramento exigido no mundo globalizado com a presença da internet; d) o desenvolvimento de pedagogias que efetivem a proficiência em letramentos compatível aos nove anos cursados durante o ensino fundamental.

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) possui duas unidades: em São Cristóvão e em Itabaiana, desde 2012. A demanda do Profletras em Sergipe é significativa: há, em média, 10 candidatos para cada vaga, nas duas unidades acadêmicas.

Entre as disciplinas de formação obrigatórias oferecidas está a *Gramática, Variação e Ensino*, que apresenta a seguinte ementa: *Avaliação de gramáticas pedagógicas. Análise epilinguística e metalinguística considerando os fenômenos gramaticais mais produtivos e mais complexos na ampliação da competência comunicativa dos alunos na escuta, na leitura e na produção de textos orais e escritos. Proposições metodológicas para elaboração de material didático.*

Entre os objetivos estão: *Objetivo geral:* Refletir sobre os fenômenos gramaticais a partir de uma concepção de língua heterogênea e sócio-historicamente situada, levando em consideração a língua em uso nas suas modalidades oral e escrita. *Objetivos específicos:* 1. Discutir diferentes concepções de gramática e de norma. 2. Descrever o comportamento de fenômenos gramaticais variáveis e o tratamento pedagógico dispensado a eles, considerando as modalidades oral e escrita

2 Disponível em: <http://capes.gov.br/educacao-a-distancia/profletras>

da língua. 3. Explorar o tratamento didático e científico de temas morfossintáticos relevantes à descrição gramatical do português. 4. Propor encaminhamentos metodológicos considerando o ensino de gramática a serviço do desenvolvimento da competência de leitura e produção textuais.

Visando atender esses objetivos, procurou-se dar à referida disciplina um caráter prático, tendo como foco o problema relacionado ao ensino de língua portuguesa. É possível contatar essa preocupação no segundo módulo do programa da disciplina, num total de três, cujo tema é *gramática, produção de sentidos e variação*, e apresenta as seguintes questões básicas: a) Como os fenômenos gramaticais diversos se manifestam nos textos (escritos e orais) dos alunos e em textos modelares?; b) Como os materiais didáticos descrevem – nos planos conceitual e descritivo – os diversos fenômenos gramaticais?, e c) Como descrever e analisar apropriadamente fenômenos que tomam feições particulares no Português do Brasil, sem ignorar as diferenças entre fala e escrita, patentes nas atividades de escuta, leitura e produção textuais?

O referido módulo apresenta como perfil a análise de fenômenos gramaticais em textos diversos, na descrição de materiais pedagógicos e segundo os estudos científicos, reconhecendo as construções gramaticais como elementos que permitem a abordagem reflexiva da gramática (análise epilinguística e metalinguística); recursos expressivos na construção do sentido do texto; manifestação de normas/variedades (cultas e populares) com base nos contínuos de oralidade-letramento/ modalidade (do mais oral ao mais escrito); monitoração estilística/registo (do mais monitorado/formal ao menos monitorado/informal).

Entre as atividades práticas propostas por esse módulo destacam-se: a) Diagnóstico: levantamento dos fenômenos gramaticais a serem abordados pelo professor a partir do texto escrito/oral dos alunos em comparação aos usos dos textos modelares; b) Separação dos fenômenos linguísticos emergentes no diagnóstico por sua natureza: lexical, morfológica, sintática, discursiva.

Nesse sentido, propôs-se aos alunos do Profletras da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana (SE), a realização de uma pesquisa com o objetivo de investigar a ocorrência de alguns fenômenos gramaticais do português brasileiro em uso, com foco nos fenômenos sintáticos em variação, entre eles: estratégias de relativização, estratégias de pronominalização do objeto direto de 3ª pessoa, pronomes

sujeito-objeto, pseudopassiva sintética, regências dos verbos *ir* e *chegar* com sentido diretivo.

Neste trabalho apresenta-se a investigação do fenômeno sintático estratégias de relativização, que consiste no uso de pronomes relativos quando empregados com verbos que regem preposição.

A metodologia desenvolvida na pesquisa consistiu em seguir alguns passos propostos por Bagno (2009), fazendo-se as devidas adaptações. Primeiramente realizou-se um estudo a respeito de como a gramática tradicional (BECHARA, 2009; CUNHA E CINTRA, 2007; LIMA, 2010) e não tradicional (PERINI, 2010; BAGNO, 2011) abordam esse fenômeno de variação linguística do português brasileiro. Em seguida, a turma de pós-graduandos foi dividida em quatro grupos, e cada grupo coletou um corpus de 40 textos do tipo narrativo e dissertativo escritos por alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas de diferentes cidades da Bahia e de Sergipe, onde os discentes exercem a docência. Em seguida, fez-se a análise de cada caso encontrado, tendo como parâmetro a pesquisa de Bagno (2009). Após apresentação dos resultados, cada grupo elaborou uma proposta de intervenção pedagógica tratando dos fenômenos estudados.

Compreendendo e analisando o fenômeno da relativização

Nesta seção busca-se compreender e analisar o fenômeno da relativização sob o ponto de vista da Sociolinguística. Aborda-se aqui somente o emprego de pronomes relativos com verbos que regem preposição.

De acordo com a gramática tradicional, chama-se pronome relativo a classe de palavras gramaticais que reúne as características anafóricas do pronome pessoal e a função conectiva da conjunção subordinativa. O pronome empregado em todas as variedades da língua é *que*; as formas *cujo* e *o qual* – e respectivas variações – pertencem às variedades formais da língua.

Ainda segundo a Gramática Tradicional, os pronomes relativos exercem diversas funções sintáticas, entre elas a de sujeito, objeto direto e indireto, adjunto adnominal, complemento nominal etc. Bechara (2009) aponta o surgimento na linguagem informal de um tipo de pronome relativo que exerce o papel de transpositor entre orações, sem qualquer função sintática.

Na linguagem coloquial e na popular pode aparecer o pronome relativo despido de qualquer função sintática, como simples transpositor oracional. A função que deveria ser desempenhada pelo relativo vem mais adiante expressa por um substantivo ou pronome precedido de preposição. É o chamado relativo universal que, desfazendo uma complicada contextura gramatical, se torna um ‘elemento linguístico extremamente prático’ [KN.1,V,330]: Ali vai o homem *que* eu falei com *ele*. Por Ali vai o homem *com quem* eu falei (BECHARA, 2009, p.201).

Nos verbos que regem preposição, as gramáticas normativas prescrevem o uso dos pronomes relativos precedidos pelas preposições. Entre eles estão os verbos *falar*, regido pelas preposições *de/com/a* - “Este é o livro de cujo tema te falei.”; *morar*, regido pelas preposições *em/com* - “Na casa em que morei, encontrei essa relíquia.”; e *gostar*, regido pela preposição *de* - “O carro de que gostei está na agência”.

Os exemplos acima elencados, considerados corretos do ponto de vista normativo, são cada vez menos recorrentes em redações, principalmente, de alunos do primeiro grau e na linguagem oral, tanto de alunos menos e/ou mais letrados.

Além da chamada *relativa padrão* ilustrada acima, estudos e pesquisas linguísticas têm mostrado que aparece no português falado e escrito por brasileiros em geral, sejam cultos ou não, outras estratégias de relativização. O pesquisador Marcos Bagno (2009) encontrou em seus estudos três estratégias de relativização: a *relativa padrão*, a *relativa copiadora* e a *relativa cortadora*. O autor apresenta os exemplos a seguir “(1.a) Esse é um filme de que eu gosto muito. (1.b) Esse é um filme que eu gosto muito dele. (1.c) Esse é um filme Ø que eu gosto muito” (BAGNO, 2009, p.84).

A primeira (1.a), denominada de *relativa padrão* por Bagno (2009), é a única aceita pela tradição gramatical. A segunda (1.b), que trás a chamada *relativa copiadora*, não é aceita pela gramática tradicional. Tem este nome porque nela há uma repetição, por meio de um “pronome cópia” (ele), do elemento que deveria ser substituído pelo pronome relativo, que na nossa gramática recebe o nome de antecedente. Neste caso o antecedente é filme substituído duas vezes, na segunda oração pelo pronome *que* e pela contração de *de+ele*. É a estratégia mais antiga das três. Muito antes da formação das línguas românticas, a variedade de

latim que deu origem a elas, o chamado latim vulgar, já apresentava orações relativas com pronome-cópia (BAGNO, 2009).

A terceira frase (1.c), também não aceita pela gramática normativa, é referente à relativa cortadora, que recebe este nome porque a preposição que o verbo rege é “cortada”, ou seja, é apagada na segunda oração. Por isso, nos estudos descritivos, é comum indicar com o símbolo de vazio (\emptyset) o lugar deixado vago pela preposição. Este é um fenômeno bem mais recente que os outros dois já apontados (BAGNO, 2009).

O uso das *relativas copadoras e cortadoras* não é descrito nas gramáticas tradicionais mais conservadoras, e nas escolas, o professor, normalmente, considera um “erro”, uma falta de domínio da topologia pronominal prescrita pela norma-padrão.

A seguir, apresentam-se alguns exemplos de estratégias de relativização encontrados nos textos dos alunos analisados na pesquisa. Nos exemplos (1) e (2), têm-se a *estratégia relativa não-padrão cortadora*. Observou-se, nas análises, uma alta ocorrência desse tipo de estratégia, principalmente quando o verbo regia a preposição “de”. Os apagamentos aconteceram principalmente com o verbo *gostar*, como os exemplos a seguir:

1. “Uma frase \emptyset que eu gosto muito e é verdadeira “juntos somos mais fortes”, temos o poder de mudar o Brasil e sair as ruas”.
2. “Na escola cada aluno tem sua matéria \emptyset que gosta. Eu por exemplo gosto de matemática”.

Segundo Bagno (2009), o uso da relativa cortadora resulta de uma atitude do falante em relação a regras específicas da língua. Para o falante culto, o uso da *relativa padrão* parece ser “certo demais”, por isso busca esquivar-se dela para não tornar-se “pedante”. Por outro lado, não faz uso da *relativa copadora*, mais utilizada pelos falantes menos instruídos, para não parecer “ignorante”.

O autor oferece também uma explicação de natureza sintática para a ocorrência tão frequente da relativa cortadora. “A ocorrência [...] da sintaxe da relativa cortadora é possível porque o ouvinte ou leitor é capaz de reconhecer a preposição que foi apagada (apagamento é mesmo o termo técnico usado em linguística nestes casos)” (BAGNO, 2009, p. 89).

Segundo o pesquisador, a estratégia de relativização cortadora, a mais recente das três, veio para ficar, tanto na oralidade quanto “na língua escrita, mais monitorada que, em geral, observa com mais frequência as prescrições da norma-padrão, esse tipo de estratégia [...] já dá mostras de sua força” (BAGNO, 2009, 92,93).

Quanto ao fenômeno de *relativização copiadora*, exemplos (3) e (4), foi encontrado com menor frequência no *corpus* da pesquisa.

3. “Tinha um avô que ele disse que não importava a cor que eles eram, todos somos iguais e a cor não importa”.

4. “(...) aquelas pessoas na qual não se entendemos, que a maioria dela chamamos de inimigas (...)”.

Em (3), a oração relativa é encabeçada pelo introdutor *que* com a posição relativizada preenchida por um pronome cópia (*ele*) ou lembrete que retoma o antecedente.

Já em (4), o antecedente é retomado pelo pronome *dela*. De acordo com as gramáticas normativas, o exemplo (4) deveria ficar: “Aquelas pessoas com as quais não nos entendemos, cuja maioria chamamos de inimigas”.

Segundo Bagno (2009, p. 85), a *estratégia relativa copiadora* surge “para preencher o lugar deixado vago, no português do Brasil, pelo pronome *cujó*, que está cada vez mais raro na nossa língua falada”. Com isso, “o pronome *cujó* vem desaparecendo da língua falada dos brasileiros de todas as classes sociais e de todos os níveis de escolaridade, e isso quase nos autoriza a dizer que ele não faz parte da gramática da nossa língua materna” (BAGNO, 2009, p. 85).

A estratégia de relativização *copiadora*, além de não ser descrita pelas gramáticas tradicionais, também é o uso mais estigmatizado, ou seja, recebe uma carga maior de rejeição e de preconceito por parte dos falantes, principalmente, dos mais cultos.

Bagno (2009) dá a seguinte explicação científica para esse fenômeno. O caráter essencialmente analítico da língua portuguesa contrasta com as orações relativas em sua forma padrão, pois estas representam um produto de uma síntese, o que constituem um “corpo estranho” na língua. Num período como “São Paulo é uma cidade rica que tem graves problemas sociais” estão reunidas, sintetizadas, segundo o autor, duas informações diferentes: (1) “São Paulo é uma cidade rica”, e

(2) ‘essa cidade tem graves problemas sociais’. Nessa síntese, o pronome *que* desempenha dois serviços ao mesmo tempo: “faz o papel de uma *conjunção* (elemento de ligação entre duas orações) e exerce a função sintática de sujeito do verbo *tem* (BAGNO, 2009, p. 87, grifos do autor).

Para eliminar essa estranheza, os falantes recorrem a um processo de análise, que consiste na “quebra”, divisão da palavra *que* em funções. Da função de sujeito, o *que* fica “dispensado”, restando somente a função de conjunção, o que resulta em construções como essa: São Paulo é uma cidade rica que ela tem graves problemas sociais. Nesse exemplo de relativa copiadora, o pronome relativo *que* funciona como conjunção, ligando duas orações independentes, e a função de sujeito passa a ser exercida pelo pronome *ela* (BAGNO, 2009).

Os fenômenos linguísticos descritos acima, condenados pela gramática tradicional, foram empregados, com certa frequência, na escrita dos alunos. Já a construção com o emprego de preposições, considerada a única “certa” pela tradição gramatical, não ocorreu nenhuma vez no *corpus* da pesquisa. Ficou provado que esses alunos não empregam a forma padrão *de + que*, principalmente quando o verbo presente na segunda oração é *gostar*.

Em suma, destaca-se a frequência da relativa não-padrão na escrita.

Considerações finais

Neste trabalho, buscou-se apresentar um relato de experiência de ensino e pesquisa no contexto da disciplina “Gramática, variação e ensino” do Mestrado Profissionalizante em Letras (Profletras), da Universidade Federal de Sergipe, campus Itabaiana (SE), cujo foco foi o ensino de língua portuguesa, observando as variações no uso da linguagem. Nesse sentido, propôs-se aos alunos a realização de uma pesquisa para investigar a ocorrência de alguns fenômenos gramaticais do português brasileiro em uso.

Ao longo da significativa pesquisa empreendida, tanto na leitura do material bibliográfico, como na coleta e análise do *corpus*, percebeu-se a importância de tal atividade não só para o aprimoramento da metodologia de pesquisa de análise linguística, como também a relevância de se manter os docentes da rede pública atualizados quanto ao que está ocorrendo com o português do/no Brasil, e até que ponto o

ensino de língua portuguesa desenvolvido em sala de aula acompanha as mudanças significativas que tem ocorrido no processo de comunicação.

É importante que pesquisas nesta área sejam feitas, uma vez que regras sintáticas, descritas na gramática tradicional, não devem ser as únicas opções de ensino da língua, pois

É do uso que se depreende a gramática. [...] são os usos frequentes e regulares de determinada forma linguística que acabam por transformá-la em regra gramatical, assim como são as regras gramaticais as condicionadoras dos usos linguísticos. [...] Só existe língua em uso (BAGNO, 2011, p.20).

Na proposta de Gramática do Português Brasileiro, Bagno (2011, p.33) não sugere que o aluno não tenha acesso à norma-padrão, mas reivindica “que ela não seja usada como mecanismo didático de negação do VGB [Vernáculo Geral Brasileiro], nem como instrumento para depreciar nossa língua materna” (BAGNO, 2011, p.33).

De acordo com Perini (2010), não é preciso eliminar o estudo da gramática na escola; o que se faz necessário é a sua redefinição enquanto ciência. Para o autor, “A gramática é uma disciplina científica, pois tem como finalidade o estudo, a descrição e a explicação de fenômenos do mundo real” (PERINI, 2010, p. 37). Nesse sentido, o autor sugere que se adotem alguns objetivos no ensino de língua portuguesa, entre eles, desenvolver atividades que envolvam a manipulação e a observação de fenômenos linguísticos, com o objetivo de levantar hipóteses a respeito deles.

Conclui-se, portanto, que os estudos apresentados aqui vêm como um reforço em relação à pesquisa da variação linguística numa perspectiva da Sociolinguística, na qual há uma tendência de observação e reflexão das construções linguísticas realizadas pelos falantes em contexto de uso, resultando em um contraste ou afastamento em relação à Gramática Tradicional.

Nesse sentido, o Profletras da Universidade Federal de Sergipe (UFS), por meio da disciplina *Gramática, Variação e Ensino*, tem contribuído para a qualificação dos docentes que atuam nas escolas públicas dos Estados de Sergipe e da Bahia, aumentando a qualidade do ensino dos alunos do nível fundamental, com vistas a alcançar a tão desejada competência social de utilizar a língua de acordo com as necessidades desses alunos, em diferentes contextos.

Referências

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Português brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed.rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa**. Volume: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 1998.

BRASIL, **Programa do Mestrado Profissional em Letras (Profletras)**. Disponível em: <http://capes.gov.br/educacao-a-distancia/profletras>. Acesso em: 10 de ago de 2017.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ILARI, R. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. [*Padrões Sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 48 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de textualização**. São Paulo: Cortez, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito.** 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Recebido: 30/07/2017

Aprovado: 24/11/2017